

BRASÍLIA

MAIO
2026

HoradIntervalo



i Informativo

EDUCAÇÃO BÁSICA

**DEFINIDO O
REAJUSTE SALARIAL**



APONTE A CÂMERA DO
SEU CELULAR E LEIA A
MATÉRIA COMPLETA

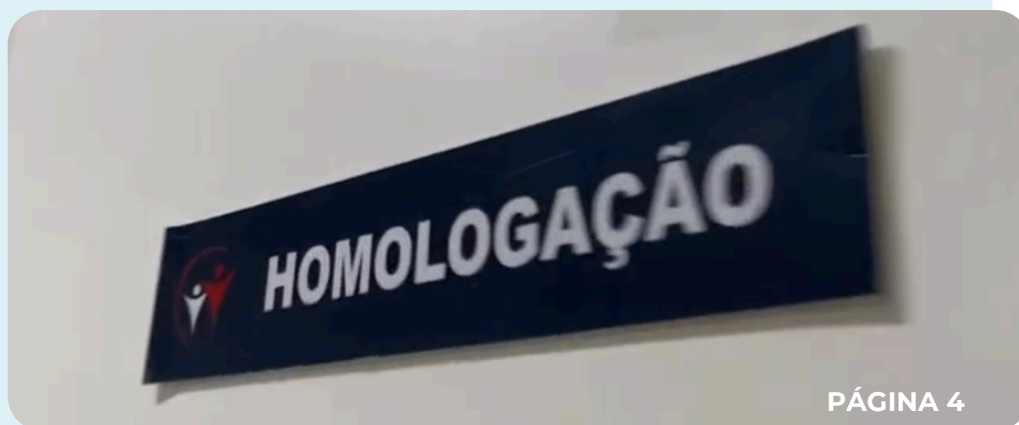
PAGAMENTO DO INTERVALO

**STF GARANTE PAGAMENTO
DE RECREIO/INTERVALOS
PARA PROFESSORES**



PÁGINA 2

HOMOLOGAÇÕES



PÁGINA 4

**2.650 PROFESSORES TÊM
CONTRATOS HOMOLOGADOS
EM APENAS 5 MESES NO DF**

STF GARANTE PAGAMENTO DE RECREIO/INTERVALOS PARA PROFESSORES

Uma importante vitória para a categoria docente foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF): o tempo de recreio escolar, no ensino fundamental e médio, e o intervalo entre aulas, no ensino superior, deve ser remunerado.

Ao julgar a ação (ADPF 1.058), o STF decidiu que, em regra, o professor está à disposição da instituição de ensino durante esses períodos. Isso significa que não é necessário comprovar que houve trabalho efetivo nesse tempo, a própria disponibilidade já garante o direito ao pagamento.

A única exceção ocorre quando o professor utiliza o intervalo para atividades estritamente pessoais, sem qualquer relação com o ambiente de trabalho. Nesses casos, cabe ao empregador provar que houve esse desligamento das funções profissionais.

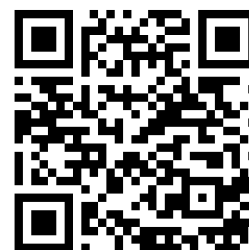
O entendimento também deixa claro que pausas comuns do dia a dia, como descansar na sala dos professores, ir ao banheiro, beber água, tomar um café ou fazer um lanche, não descaracterizam o vínculo com a escola. Ou seja, essas situações não retiram o direito à remuneração.

Para que o intervalo não seja pago, é necessário que o professor realmente se desconecte das atividades acadêmicas. Como exemplo, o STF citou situações como realizar um curso particular durante esse período ou participar de atividades religiosas.

A decisão foi publicada em 8 de abril de 2026 e já é definitiva, sem possibilidade de recurso.



SAIBA ATUALIZAÇÕES SOBRE ESSA DECISÃO



que defendeu essa tese, celebra a conquista e reforça seu compromisso em garantir que esse direito seja respeitado na prática.



UMA VITÓRIA IMPORTANTE PARA TODA A CATEGORIA.



Informativo do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares do Distrito Federal
SIG Sul Quadra 03 - Bloco C, S/n - 50, DF
Telefone: 61 3321-0042

PRESIDENTE: Karina Barbosa
DIRETOR JURÍDICO: Rodrigo de Paula
SECRETARIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO: Trajano Jardim - Registro Prof. 4164-DF
JORNALISTA RESPONSÁVEL: Felipe Cavalcante
DESIGNER GRÁFICO: Thawany Dias
TIRAGEM: 8 mil

FILIADO:



SIGA-NOS:





EDITORIAL – Professora Karina Barbosa Presidente do SINPROEP



Professora
Karina Barbosa

Estamos no segundo trimestre com a certeza de que cada conquista da nossa categoria é fruto de luta, união e persistência. O Dia do Trabalhador nos convida a refletir sobre isso: nada vem sem esforço coletivo, sem mobilização e sem coragem para enfrentar desafios.

Temos muito a celebrar. Garantimos o reajuste salarial com reposição da inflação e ganho real para a Educação Básica, para as Creches conveniadas e para o Ensino Superior vamos discutir o reajuste do INPC mais aumento real de salário. Avançamos na **manutenção de cláusulas históricas fundamentais em todos os segmentos**, protegendo direitos que são pilares da nossa profissão, e conquistamos o reconhecimento do pagamento do intervalo, uma vitória importante para a valorização do trabalho docente.

Seguimos também ampliando benefícios aos nossos filiados, com iniciativas como o acesso ao Clube Águas Correntes, novos convênios com grandes empresas e uma comunicação cada vez mais próxima, ativa e eficiente nas redes sociais.

Cada passo dado reafirma o compromisso do Sinproep-DF com a valorização dos professores e professoras. Sabemos que ainda há muito a conquistar, mas seguimos firmes, juntos, fortalecendo nossa categoria e construindo um futuro melhor para a educação.

Parabéns a todos os trabalhadores, em especial aos nossos professores e professoras, que transformam vidas todos os dias.

O SUBFINANCIAMENTO DO PROGRAMA CARTÃO CRECHE E SEUS IMPACTOS TRABALHISTAS E EDUCACIONAIS NO DISTRITO FEDERAL

O Programa Cartão Creche foi instituído como política pública voltada à ampliação do acesso à educação infantil no Distrito Federal. Embora represente avanço social ao reduzir a fila por vagas em creches, sua forma de financiamento revela grave distorção estrutural, especialmente no que se refere ao valor repassado mensalmente às instituições conveniadas.

O valor pago pelo Governo do Distrito Federal, quando analisado sob a ótica prática, corresponde a menos de cinquenta reais por dia por criança. Tal quantia mostra-se manifestamente insuficiente para cobrir os custos inerentes à educação infantil, que envolvem a oferta mínima de cinco refeições diárias, manutenção de infraestrutura adequada, aquisição de materiais pedagógicos e contratação de profissionais qualificados.

Quando comparado ao mercado privado, o descompasso torna-se ainda mais evidente. O custo médio de uma vaga em creche privada que respeita integralmente a legislação educacional, sanitária e trabalhista é até quatro vezes superiores ao valor repassado pelo programa do GDF. Ainda assim, o Estado impõe às instituições conveniadas as mesmas exigências legais, sem assegurar o financiamento correspondente.

Esse subfinanciamento gera efeitos diretos sobre as relações de trabalho. Pressionados pela inviabilidade econômica, instituições acabam recorrendo à contratação de professores e demais profissionais com salários abaixo do piso da categoria, vínculos precários (sem carteira assinada) e, em determinadas situações, profissionais sem a formação exigida para atuação com crianças pequenas. Trata-se de cenário que os direitos trabalhistas não são respeitados e compromete a valorização dos profissionais da educação.

Além disso, a previsão orçamentária abaixo dos custos reais impacta a qualidade da alimentação oferecida às crianças, que devem atender padrões nutricionais rigorosos nas idades iniciais. Com recursos insuficientes, a alimentação passa a ser tratada como variável de ajuste financeiro, em afronta aos princípios da proteção integral da criança.

Sob a ótica jurídico-sindical, o modelo atual transfere às instituições e aos trabalhadores o ônus de uma política pública subfinanciada, resultando em precarização do trabalho e risco à qualidade pedagógica colocando em risco a saúde e até mesmo a vida dos alunos. Assim, impõe-se a revisão urgente dos valores do Programa Cartão Creche, de modo a compatibilizar o financiamento com o custo real da educação infantil, assegurar o cumprimento do piso salarial da categoria e garantir condições dignas de trabalho, para atendimento atendente digno.



"Somente com financiamento adequado será possível assegurar, simultaneamente, o direito das crianças à educação de qualidade e o direito dos trabalhadores da educação infantil à valorização profissional."



Professor Rodrigo de Paula
Diretor Jurídico do Sinproep DF

SINPROEP-DF DISPONIBILIZA CALCULADORA PARA SIMULAÇÃO DE REAJUSTE SALARIAL

A calculadora Sinproep exige o salário atual e o percentual de reajuste, fornecendo rapidamente a estimativa do novo salário. A iniciativa busca fortalecer o entendimento dos direitos e esclarecer os impactos financeiros do acordo.

A calculadora Sinproep exige o salário atual e o percentual de reajuste, fornecendo rapidamente a estimativa do novo salário. A iniciativa busca fortalecer o entendimento dos direitos e esclarecer os impactos financeiros do acordo.



APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR



CÁLCULO REAJUSTE

 ×  +  = 

Valor hora aula de abril de 2026 × INPC acumulado (4,11%) + 1% de ganho Real = Reajuste 5,11%

SALÁRIO MENSAL

 ×  × 5.25 = 

Valor hora aula atualizado × carga horária semanal = salário mensal

DICAS DA PRESIDENTE



DICAS SOBRE TRABALHO EM FESTA JUNINA NA ESCOLA

Sou obrigado a trabalhar?

Sim. Desde que esteja prevista no calendário escolar aprovado no início do ano letivo.

O que tenho direito a receber?

Caso seja realizado no sábado hora extra de 50%, após as 22 horas hora extra 100% e adicional noturno de 20%. Se realizado de segunda à sexta-feira, será respeitada a carga horária normal do professor. Se ultrapassar a carga horária, a escola terá que pagar o adicional de 50% sobre as horas que excederem ao horário normal.

Pode haver compensação de horas trabalhadas?

A instituição não pode fazer compensação ou banco de horas

Sou obrigado a contribuir financeiramente com os gastos da festa?

Não. Todo e qualquer gasto com a estrutura da festa é responsabilidade da escola.

SINPROEP-DF ENCAMINHA PAUTA DE RENOVAÇÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA DAS **CRECHES CONVENIADAS**



O Sinproep-DF já protocolou a pauta de reivindicações para a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho das creches conveniadas, com foco na valorização dos profissionais da educação.



A proposta contempla tanto o piso salarial dos professores quanto os salários de quem recebe acima do piso, garantindo a correção inflacionária e avanços reais nos vencimentos.



Entre os principais pontos, está a proposta de reajuste salarial a partir de 1º de maio de 2026, com base na reposição integral da inflação medida pelo INPC. Além disso, o sindicato propõe a aplicação de ganho real, que pode chegar a até 1%, dependendo do índice acumulado no período.



O Sinproep-DF segue acompanhando o processo de negociação e reforça seu compromisso na defesa dos direitos e da valorização da categoria.



APP SINPROEP: PRATICIDADE NA PALMA DA SUA MÃO

O App SINPROEP chega como mais um avanço na modernização e proximidade entre o sindicato e a categoria.

Pensado para facilitar o dia a dia dos professores da rede privada do Distrito Federal, o aplicativo reúne, em um só lugar, serviços essenciais, informações atualizadas e canais diretos de atendimento. Com poucos toques, o usuário pode acessar sua carteirinha digital, consultar convenções e acordos coletivos, acompanhar notícias da categoria e até entrar em contato com o sindicato de forma rápida e prática.

Além disso, a ferramenta oferece recursos que ampliam a autonomia dos filiados, como calculadora salarial, solicitação de benefícios e acesso facilitado a serviços e convênios. Tudo isso disponível na palma da mão, a qualquer hora e de qualquer lugar.

Mais do que um aplicativo, o SINPROEP dá um passo importante rumo à inovação, fortalecendo a comunicação, agilizando o atendimento e valorizando ainda mais os profissionais da educação.



APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR

2.650 PROFESSORES TÊM CONTRATOS HOMOLOGADOS EM APENAS 5 MESES NO DF

Entre novembro e março, o SINPROEP homologou mais de 2.650 rescisões contratuais de professoras e professores da rede privada em Brasília, um número expressivo que acende um alerta sobre o cenário da educação no Distrito Federal que a cada período letivo aumenta a rotatividade, num movimento em que o valor dos salários são continuamente rebaixados.

O volume elevado de desligamentos evidencia não apenas um período de intensificação das demissões, mas também os impactos diretos na vida de profissionais que dedicam anos à formação de estudantes e, muitas vezes, enfrentam esse momento com insegurança e incertezas.

Durante todo esse processo, o SINPROEP tem atuado de forma ativa nas homologações, garantindo que os direitos trabalhistas sejam respeitados e oferecendo orientação e acolhimento aos docentes. Mais do que um procedimento formal, esse acompanhamento se torna essencial diante da vulnerabilidade emocional que pode acompanhar o desligamento.

Os dados reforçam a importância da atuação sindical na defesa da categoria e evidenciam a necessidade de um olhar mais atento para as condições de trabalho e a valorização dos profissionais da educação, o que demonstra a validade da luta do Sinproep-DF, com o forte apoio da mobilização da categoria, de exigir a manutenção da cláusula de Estabilidade Provisória, que uma forma de conter o excesso das demissões.



EDUCAÇÃO BÁSICA PRIVADA CRESCE E MUDA DE PERFIL NO DF

O cenário da educação básica privada em Brasília tem passado por transformações significativas nos últimos anos, refletindo um movimento nacional de expansão e reconfiguração do setor. A capital do país, historicamente marcada por instituições tradicionais e, em muitos casos, de perfil familiar e religioso, começa a conviver com a presença, cada vez mais forte, de grandes grupos educacionais e redes estruturadas.

Esse novo contexto é impulsionado pela entrada de investimentos robustos, pela profissionalização da gestão escolar e pela crescente demanda de famílias por propostas pedagógicas diferenciadas, como ensino bilíngue, metodologias ativas e formação voltada para competências globais. Com isso, o perfil das escolas privadas em Brasília vem se diversificando, atendendo a diferentes públicos e ampliando a competitividade no setor.

Ao mesmo tempo, observa-se uma mudança no comportamento das famílias, que passaram a enxergar a educação básica como um investimento estratégico de longo prazo. Esse fator tem impulsionado a busca por instituições com infraestrutura moderna, inovação pedagógica e resultados acadêmicos consistentes.

Esse movimento tende a se intensificar nos próximos anos, consolidando uma nova realidade para a educação privada no Distrito Federal. Diante desse cenário, cresce também a importância do acompanhamento atento por parte das entidades representativas, garantindo que o avanço do setor esteja alinhado à valorização dos profissionais da educação e à qualidade do ensino oferecido, que exige, cada vez mais, trabalho especializado dos docentes.

ESCALA 6X1: UM DEBATE NECESSÁRIO

O debate sobre a escala 6x1, seis dias de trabalho para apenas um de descanso, tem ganhado cada vez mais força no Brasil e se consolida como uma das discussões mais relevantes sobre as relações de trabalho na atualidade.

Para milhões de trabalhadores, essa rotina significa mais do que uma carga horária extensa. Na prática, o único dia “livre” da semana acaba sendo destinado a tarefas domésticas, cuidados com a família e resolução de pendências acumuladas. O tempo de descanso, lazer e recuperação física e mental se torna escasso, quando não inexistente.

Diante desse cenário, surgem questionamentos legítimos: a redução da jornada pode impactar empregos? Há riscos para a economia? O tema exige análise responsável, baseada em dados e experiências já vividas. Nos países desenvolvidos, na sua maioria, já aplicam esse sistema e não trouxe prejuízos à produtividade e em crise de desemprego.

A própria história do país mostra que mudanças são possíveis. O estabelecimento da jornada de oito horas; o período de férias de 30 dias; 13o Salário e pagamento das horas extraordinárias. A redução da jornada semanal de 48 para 44 horas, estabelecida pela Constituição de 1988, não resultou em aumento do desemprego, como muitos empresários e a grande imprensa diziam à época. Pelo contrário, acompanhou transformações importantes no mercado de trabalho e a economia se desenvolveu a ponto do Brasil ser a oitava economia mundial.

Experiências internacionais também apontam caminhos. Países que adotaram jornadas reduzidas ou modelos mais flexíveis registraram ganhos em produtividade, melhoria na saúde dos trabalhadores e maior retenção de talentos. Estudos reforçam que profissionais descansados tendem a produzir mais, cometer menos erros e se manter por mais tempo em suas funções.

Mais do que uma discussão econômica, a escala 6x1 levanta um ponto essencial: o valor do tempo na vida das pessoas. Em um contexto onde muitos vivem para trabalhar, e não trabalham para viver, repensar esse modelo é refletir sobre qualidade de vida, dignidade e equilíbrio.

O avanço desse debate representa a busca por um país mais justo e sustentável, onde desenvolvimento econômico caminhe lado a lado com bem-estar social. Afinal, garantir condições de trabalho mais humanas não é apenas uma pauta trabalhista, é um passo fundamental para o futuro das relações de trabalho no Brasil.



SINPROEP-DF MARCA PRESENÇA NA CONCLAT 2026 E REFORÇA LUTA NA MARCHA NACIONAL EM BRASÍLIA

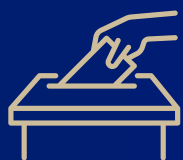
O SINPROEP esteve presente na CONCLAT 2026, realizada em Brasília, ao lado da CONTEE e da FETRAEEP, reafirmando seu compromisso com a luta coletiva e a defesa dos direitos dos trabalhadores da educação.

Mais do que participação institucional, o SINPROEP esteve nas ruas: levamos nossas faixas, ocupamos a capital do país e marchamos junto a milhares de trabalhadores e trabalhadoras de diversas categorias, em uma mobilização nacional marcada pela unidade e pela força do movimento sindical.

Entre as bandeiras levantadas, destacou-se o posicionamento firme contra a precarização das relações de trabalho, com a mensagem: “Não à pejotização que fraudas direitos”. A pauta reforça a necessidade de garantir vínculos formais, proteção social e respeito às conquistas históricas da classe trabalhadora.

A mobilização é um importante instrumento de pressão popular sobre o Congresso Nacional. O objetivo é claro: dar visibilidade às pautas da classe trabalhadora e influenciar decisões que impactam diretamente a vida de milhões de brasileiros.

Entre as principais reivindicações estão a redução da jornada de trabalho, o fim da escala 6x1, a valorização dos profissionais, o fortalecimento das negociações coletivas e a regulamentação de novas formas de trabalho. Essas pautas, aprovadas de forma unificada durante a conferência, orientam a atuação do movimento sindical e também dialogam diretamente com o cenário político e as eleições de 2026.



ELEIÇÕES 2026, PRECISAMOS ELEGER CANDIDATOS COMPROMETIDOS COM A EDUCAÇÃO



As eleições de 2026 se apresentam como um momento decisivo para o futuro do Brasil e reforçam a importância de escolhas conscientes por parte da população. Em meio aos desafios enfrentados pelos professores, é fundamental fortalecer candidaturas de professores da rede particular de ensino e de pessoas que conheçam de perto a realidade das salas de aula, dos educadores e das instituições de ensino. Valorizar nomes ligados à categoria, que sempre estiveram presentes na defesa de pautas importantes da educação e dos direitos dos professores, é essencial para garantir representatividade e avanços concretos.

Em Brasília, centro das decisões políticas do país, eleger representantes comprometidos com a educação é fundamental para assegurar avanços reais para os profissionais da rede particular de ensino. Deputados e senadores têm papel direto na definição de políticas públicas, na destinação de recursos e na construção de projetos que impactam o presente e o futuro da educação.

Mais do que discursos, é preciso atenção ao histórico, às propostas e ao compromisso verdadeiro de cada candidato com a valorização dos professores, a qualidade do ensino e a defesa das conquistas da categoria.

A educação precisa ser prioridade. E essa transformação começa pelo voto.

LAZER GARANTIDO: FILIADOS DO SINPROEP TÊM ACESSO GRATUITO AO **ÁGUAS CORRENTES PARK**

O SINPROEP-DF oferece aos seus filiados mais um benefício pensado para o bem-estar e a qualidade de vida: acesso ao Clube Águas Correntes Park.

Professores sindicalizados têm entrada gratuita e podem aproveitar momentos de lazer ao lado de seus dependentes de 1º grau, como filhos, cônjuge e pais. Ao todo, cada filiado pode solicitar até 5 ingressos por visita, garantindo um dia especial em família.

Para utilizar o benefício, é necessário solicitar os ingressos com pelo menos 24 horas de antecedência, preenchendo corretamente todas as informações. Após a solicitação, os ingressos são enviados diretamente por e-mail.

Uma vantagem exclusiva que reforça o compromisso do SINPROEP com seus filiados, dentro e fora da sala de aula.

